

Itamar não quer medida de impacto

**Sandro Silveira e
Rosenildo Ferrelra**

O presidente Itamar Franco está incomodado com o aumento da inflação em janeiro e a possibilidade de o índice se manter no mesmo patamar em fevereiro, mês de poucos dias úteis. Apesar disso, diz importante membro da equipe palaciana, não transmitiu nenhuma orientação ao ministro da Fazenda, Paulo Haddad, que implique em mudanças abruptas de rumo.

Assessor de Haddad observa que Itamar não pretende utilizar atos surpreendentes na administração econômica, porque seu objetivo é governar, ao máximo possível, com o Congresso Nacional. Isso ocorre, porque foram os parlamentares e a mobilização popular que o colocaram na Presidência da República.

Membro do Palácio do Planalto confirma que Itamar possui temperamento "quente", mas não toma decisões precipitadas. Não há motivo para o mercado temer qualquer medida repentina. "Quase" tudo passa pelo Congresso, como projeto de lei, "nada de peso como Medida Provisória".

Bombeiro — Haddad passou a semana apagando incêndios na área econômica, negando planos anunciados pela imprensa. "Estamos preparando o terreno para colocar a semente da estabilização". A ministra do Planejamento, Yeda Crusius, utilizou quase essas mesmas palavras para definir o atual momento econômico.

"A implementação das diretrizes de curto prazo está mais rápida do que esperávamos. Para implementar qualquer programa de estabilização é preciso criar pré-condições para o seu sucesso. O ajuste fiscal é uma delas. O equacionamento do pagamento das grandes dívidas

do País, estados, municípios e grandes órgãos é outra", explicou.

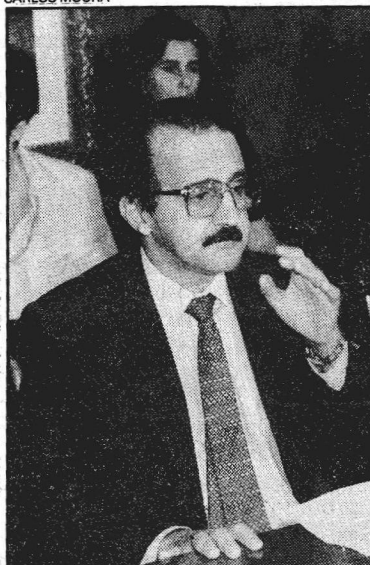
Somente depois disso "colocaremos as bases do programa de estabilização. Medidas especificamente ligadas às relações entre o Banco Central e o Tesouro Nacional, à reorganização do sistema financeiro e ao aperfeiçoamento dos instrumentos disponíveis no mercado monetário e financeiro", enumerou Haddad.

Toda a dívida externa brasileira será administrada pelo Tesouro Nacional. Ela será transferida ao órgão paulatinamente. O Banco Central vai limitar-se a "cuidar" da moeda. A exigência de "saúde" aos bancos será reforçada. Um título pós-fixado será lançado para reduzir pressões sobre juros.

Definição — O mercado financeiro viveu a semana mais tumultuada desde a posse do presidente Itamar Franco. As declarações de Itamar contra os empresários ajudaram a aumentar os temores de intervenção na economia. "Os agentes econômicos sabem que a política do Governo é inconsistente porque não define os mecanismos de combate à inflação", lembra o economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), Geraldo Gardenalli.

Para ele, esta falta de clareza confunde o mercado e influi ne-

CARLOS MOURA



Haddad: apagando incêndios

gativamente nas expectativas inflacionárias. "O Governo insiste em culpar a ganância dos empresários pela alta no custo de vida mas não apresenta qualquer medida concreta para combater a inflação", completa o diretor do Departamento Técnico da Associação Comercial de São Paulo, Marcel Domingos Solimeo.

Por sua vez, o diretor do Departamento Técnico da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Aldo Lorenzetti, lamenta a falta de paciência do Governo em lidar com questões sazonais. "O aumento dos preços já era esperado porque grande parte das empresas passou o último ano operando com margens reduzidas, e até negativas, de lucratividade em função da recessão", explica.

Segundo Marcel Solimeo, parte da inflação de janeiro (que oscilará entre 25,8 por cento segundo o IGP-M e 29,4 por cento de acordo com o IPCA do IBGE) deve ser creditada ao Governo. "Era de se esperar que os efeitos da mudança na sistemática de tributação do lucro financeiro das empresas fossem repassados aos preços", argumenta.

Composição — Apesar do cenário desfavorável no curto prazo, o economista da FGV-SP acredita que a situação é contornável: "O problema aparecerá com maior gravidade no segundo semestre, quando o índice for pressionado pelos efeitos da entressafra dos produtos agrícolas", diz. Para estancar o processo, Geraldo Gardenalli — que ocupou a Secretaria da Fazenda Nacional no governo Collor — diz que será preciso uma nova composição política no Governo.

"Sem um amplo programa de estabilização, negociado com a sociedade e os políticos, o Governo corre o risco de utilizar-se de medidas de impacto para estancar a inflação", afirma. Apesar de não acreditar na eficácia de congelamentos de preços, Geraldo Gardenalli lembra: "Vivemos os mesmos fenômenos que desencadearam o Plano Collor II em janeiro de 1991".